



DE 22 A 26 JANEIRO DE 2018 NOVIDADES LEGISLATIVAS E REGULAMENTARES MAIS SIGNIFICATIVAS

ATIVIDADE PARLAMENTAR E PROCESSO LEGISLATIVO

ÚLTIMAS INICIATIVAS ENTRADAS

[Projeto de Lei 743/XIII](#)

Estabelecimento do prazo mínimo de 120 dias para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária

Autoria: CDS-PP

[Proposta de Lei 108/XIII](#)

Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-b/84, de 26 de dezembro

Autoria: Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira

[Projeto de Lei 742/XIII](#)

Restabelece a possibilidade de globalização mensal nas introduções no consumo de produtos do regime da pequena destilaria

Autoria: PSD

ÚLTIMOS TEXTOS APROVADOS

[Decreto da Assembleia 182/XIII](#)

Estatuto do mediador de recuperação de empresas - 2018-01-26

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

[Regimento da Assembleia da República n.º 1/2018 - Diário da República n.º 15/2018, Série I de 2018-01-22](#)

Assembleia da República

Terceira alteração ao Regimento da Assembleia da República n.º 1/2007, de 20 de agosto, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo

BREXIT

[Resolução da Assembleia da República n.º 18/2018 - Diário da República n.º 18/2018, Série I de 2018-01-25](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a realização de um estudo sobre as implicações da saída do Reino Unido da União Europeia para a economia portuguesa

ENERGIA

[Portaria n.º 32/2018 - Diário da República n.º 16/2018, Série I de 2018-01-23](#)

Economia

Define a tarifa de referência aplicável durante o corrente ano à eletricidade vendida na sua totalidade à rede elétrica de serviço público (RESP), oriunda de unidades de pequena produção (UPP) que utilizam fontes de energia renovável

FINANCEIRO

BANCO DE PORTUGAL

[Informação semestral sobre apreensão de notas contrafeitas de euro na circulação em Portugal – 2.º semestre de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Financiamento das administrações públicas - novembro de 2017](#)

[Nota de Informação Estatística - Endividamento do setor não financeiro - novembro de 2017](#)

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

CMVM – COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS

[Regulamento da CMVM n.º 1/2018 - Prestação de informação para efeitos de transparência e respetiva divulgação](#)

[CMVM divulga relatório da Consulta pública relativa ao projeto de Regulamento sobre prestação de informação para efeitos de transparência e respetiva divulgação](#)

[Estatísticas trimestrais sobre gestão de ativos - 4.º trimestre de 2017](#)

[Estatísticas trimestrais sobre day-trading - 4º trimestre de 2017](#)



FISCAL

[Despacho n.º 984/2018 - Diário da República n.º 19/2018, Série II de 2018-01-26](#)

Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais

Aprova as alterações da declaração periódica de rendimentos Modelo 22, respetivos anexos e instruções de preenchimento



MUNICÍPIO DE LISBOA

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 848/2017 - Diário da República n.º 15/2018, Série I de 2018-01-22](#)

Tribunal Constitucional

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, das normas constantes dos n.os 1 e 2 do artigo 59.º, dos n.os 1 e 2 do artigo 60.º, da primeira parte do artigo 61.º, dos n.os 1 e 2 do artigo 63.º e do n.º 1 do artigo 64.º, todos do Regulamento Geral de Taxas, Preços e outras Receitas do Município de Lisboa, republicado pelo Aviso n.º 2926/2016, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 45, de 4 de março de 2016 - normas essas respeitantes à Taxa Municipal de Proteção Civil



PROCURADORIA ILICITA

[Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo n.º 1/2018 - Diário da República n.º 17/2018, Série I de 2018-01-24](#)

Supremo Tribunal Administrativo

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: As ações instauradas ao abrigo do n.º 2 do artigo 6.º da Lei n.º 49/2004, de 24.08, relativas à fiscalização de situações de procuradoria ilícita, são da competência dos tribunais administrativos

 **TABACO**

[Portaria n.º 33/2018 - Diário da República n.º 17/2018, Série I de 2018-01-24](#)

Finanças

Portaria que altera a Portaria n.º 1295/2007, de 1 de outubro, que aprovou o modelo e as especificações técnicas da estampilha especial para os produtos de tabaco manufacturado sujeitos a imposto sobre o tabaco e destinados a ser introduzidos no consumo no território nacional, no que respeita ao prazo de comercialização e venda ao público de maços de cigarros que tenham aposta a estampilha especial em vigor para um determinado ano económico

 **TMT**

ANACOM – AUTORIDADE NACIONAL DE COMUNICAÇÕES

[Legislação - atualização da informação](#)

Resolução da Assembleia da República n.º 17/2018, de 24 de janeiro, que recomenda ao Governo a promoção de uma avaliação das responsabilidades contratuais subjacentes à concessão em vigor entre o Estado e os CTT - Correios de Portugal.

24.01.2018

PORTAL DO GOVERNO

 **COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 25 DE JANEIRO DE 2018**

[Foi aprovado, entre outros, o seguinte:](#)

1. O Conselho de Ministros aprovou hoje o decreto-lei que clarifica os critérios aplicáveis nas faixas secundárias de gestão de combustível no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios.

Partilhamos a Experiência. Inovamos nas Soluções.

2. Foi aprovada a proposta de lei que procede à alteração das regras de comercialização de produtos financeiros e de organização dos intermediários financeiros, garantindo uma maior proteção dos consumidores e dos investidores não profissionais e aumentando a transparência dos serviços prestados pelas instituições financeiras.

Este diploma, que reforça ainda os poderes das autoridades de supervisão, transpõe para o direito nacional a Diretiva 2014/65/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de maio de 2014, relativa aos mercados de instrumentos financeiros (DMIF II).

3. Foram aprovadas as linhas de orientação estratégica quanto à valorização do potencial de minerais de lítio em Portugal, visando, numa perspetiva de desenvolvimento de uma fileira e de economia circular, proceder ao seu reconhecimento geológico, à avaliação da oportunidade de instalação de unidades tecnológicas e de desenvolvimento de projetos de investigação orientados para a sua recuperação.

Esta resolução vai, pois, ao encontro do aumento do interesse na atribuição de direitos de prospeção e pesquisa e de exploração de depósitos minerais de lítio, completando-a com uma abordagem de desenvolvimento integrado do aproveitamento deste minério, incluindo a sua recuperação, cujo forte aumento de procura tem sido impulsionado em especial pela sua utilização nas baterias de veículos elétricos.

4. Foram aprovados três decretos-leis que transpõem para a ordem jurídica interna diretivas europeias referentes às seguintes matérias:

- Alteração do Regulamento Consular (Diretiva UE 2015/637), estabelecendo-se medidas de coordenação e cooperação que facilitem a proteção consular dos cidadãos da União Europeia não representados em países terceiros;

- Simplificação dos procedimentos aplicáveis à transmissão e à circulação de produtos relacionados com a defesa (Diretiva UE 2017/2054), atualizando a respetiva lista;

- Estabelecimento do regime de acesso e de exercício da atividade das agências de viagens e turismo (Diretiva UE 2015/2302 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2015). O diploma reforça o direito à informação pré-contratual dos viajantes que pretendem adquirir serviços de viagem organizada, prevendo-se a obrigação de a agência fornecer informação normalizada que, de uma forma clara, compreensível e bem visível descreva informações essenciais sobre a viagem. Prevê-se, ainda, a proteção do viajante em caso de insolvência do prestador de serviços, detalhando-se as regras relativas ao não cumprimento do contrato de viagem e à responsabilidade das agências pelo mesmo. De forma a reforçar a proteção do viajante, procede-se à adaptação das regras aplicáveis ao Fundo de Garantia de Viagens e Turismo.

UNIÃO EUROPEIA

JORNAL OFICIAL DA UE

[Regulamento n.º 125 da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa \(UNECE\) — Prescrições uniformes relativas à homologação de veículos a motor no que diz respeito ao campo de visão para a frente do condutor do veículo a motor \[2018/116\]](#)

[Regulamento Delegado \(UE\) 2018/92 da Comissão, de 18 de outubro de 2017, que altera o Regulamento \(UE\) n.º 658/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao ajustamento à taxa de inflação dos montantes das taxas cobradas pela Agência Europeia de Medicamentos pela realização de atividades de farmacovigilância relativas aos medicamentos para uso humano](#)

COMISSÃO EUROPEIA – COMUNICADOS DE IMPRENSA

[Comissão publica orientações sobre novas regras de proteção de dados](#)


A Comissão publicou orientações destinadas a facilitar uma aplicação direta e harmoniosa das novas regras de proteção de dados em toda a UE a partir de 25 de maio. Além disso, a Comissão lança uma nova ferramenta em linha dedicada às PM

[Fiscalidade: Oito jurisdições retiradas da lista da UE](#)

Foram retiradas oito jurisdições da lista da UE de jurisdições não cooperantes para efeitos fiscais, após os **compromissos que assumiram** a alto nível político para dar resposta às preocupações suscitadas pela UE.

Barbados, Granada, a República da Coreia, a RAE de Macau, a Mongólia, o Panamá, a Tunísia e os Emirados Árabes Unidos são transferidos para uma categoria separada de jurisdições **sujeitas a um acompanhamento rigoroso**.

A presente Newslextter destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstrata, não devendo servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Newslextter não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contate-nos: plmjlaw@plmj.pt.

 Sociedade de Advogados Portuguesa do Ano
Who's Who Legal 2017-2015, 2011-2006
Chambers European Excellence Awards 2014, 2012, 2009

 Sociedade de Advogados Ibérica do Ano
The Lawyer European Awards 2015-2012

 Top 50 - Sociedades de Advogados mais Inovadoras da Europa
Financial Times - Innovative Lawyers Awards 2017 - 2011